

Flávia Marchione da Silva

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 456 p.

Palavras-chave: escravidão, América Portuguesa, século XVIII.

Keywords: slavery, Portuguese America, 18th century.

Graduada em História
(FAFIJA)
f.marchione@hotmail.com

Na segunda metade do século XVIII cidades como Rio de Janeiro e Salvador apresentavam um grande contingente de negros. Estes se destacavam na paisagem urbana de tal modo que passaram a fazer parte das preocupações dos governantes da época e têm sido objeto de pesquisas recentes.

O período colonial foi por muito tempo visto pela ótica da incompatibilidade entre as estruturas do Antigo Regime e a escravidão e no qual as relações sociais se reduziam a polaridade senhores e escravos. Entretanto tal período passou por modificações historiográficas importantes na década de 1990 quando a história política começou a acompanhar a renovação dos estudos sobre o Antigo Regime português fazendo emergir novas abordagens sobre as relações de poder no mundo colonial, especialmente sobre as tensões entre os interesses locais e centrais no império.

O caráter estrutural da escravidão na colônia tem sido apontado como o diferencial mais importante na separação entre o mundo colonial e a metrópole. Buscar compreender os significados políticos dessa diferença para os que viveram neste período, bem como entender se e como os escravos foram integrados na hierarquia das relações sociais na colônia são questões bastante pertinentes para a historiografia colonial e constituem pano de fundo do livro *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa* de Silvia Hunold Lara.

O livro elaborado ao longo de mais de dez anos de pesquisa, sendo inicialmente tese de livre docência em História do Brasil pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) segue o caminho aberto pelas pontuações do conde Resende, então vice-rei do estado do Brasil, em carta remetida ao secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e discute os significados políticos da presença cada vez maior de escravos e libertos nos centros urbanos da América portuguesa nas décadas finais do século XVIII.

Metodologicamente a autora, sem excluir outros caminhos, inspira-se nos procedimentos da micro-história buscando a

Enviado em 29 de
fevereiro de 2008 e
aprovado em 30 de abril
de 2008.

percepção do social e de suas tensões em contextos específicos e valendo-se de documentos bastante circunscritos que informam o ponto de vista senhorial e possibilitam a análise do modo como a escravidão e os negros foram incorporados à hierarquia que ordenava e codificava as relações no Brasil.

No primeiro capítulo intitulado *o teatro do poder* a análise centra-se na importância político-administrativa das vilas e cidades - aspecto geralmente desconsiderado uma vez que durante um bom tempo acreditou-se que a vida urbana não tinha muita importância no mundo colonial, no qual predominavam atividades rurais. Observando o processo de construção de obras públicas, das representações cartográficas e das festividades, a obra demonstra como as modificações urbanas estavam imbricadas de razões políticas metropolitanas que objetivavam o controle da população.

Através da criação de espaços distintos que delatavam a diferença social dos habitantes, de articulações jurídicas e dos aspectos simbólicos que envolviam o calendário de comemorações, buscava-se um impacto sobre a memória de forma que fosse perpetuada a supremacia da casa real e os laços com os poderes locais. Desta maneira concretizava-se uma série de dominações que envolvia interesses portugueses, mas também interesses locais possibilitando uma estrutura hierárquica coesa que se estendia desde a metrópole até as vilas e cidades coloniais que assim, construíam-se e transformavam-se segundo os desígnios do poder.

A seguir a autora analisa *os diferentes e desiguais* partindo de determinações legais sobre o vestuário e ornamentos utilizados pelas pessoas na metrópole e nas terras conquistadas. Em relação a Portugal, demonstra que as distinções e privilégios eram distribuídos a cada um de diferentes formas, o que não representava um completo relativismo já que as marcações sociais neste contexto poderiam ser consideradas, de certo modo, fixas.

A ostentação pública do lugar ocupado na hierarquia social possuía importante significado político; por isso as formas de tratamento e outras marcações visuais atribuídas a cada categoria social eram cuidadosamente pensadas por legisladores e supervisionadas por diversas instâncias de controle. Nas terras conquistadas, havia diversas ressignificações dessas leis e no caso brasileiro a presença da escravidão constituía elemento essencial para a diferenciação e marcação social.

Alvo de várias críticas de viajantes, cronistas e governantes, o luxo com o qual se vestia os negros na colônia era uma preocupação constante e chegou até a ganhar um capítulo especial na pragmática de 1749 que os proibiam de usar sedas e demais tecidos finos, bem como jóias em ouro e prata. No entanto, ao contrário de Portugal onde a preocupação, com relação aos negros, era diferenciar os cativos dos libertos, no Brasil a intenção era incorporar à função simbólica do vestuário o signo da cor, evitando que se confundissem os brancos com os negros ou mulatos, mesmo que estes se encontrassem em situação de liberdade.

A relação na colônia entre brancos e negros era mediada pela instituição da escravatura, assim, o luxo utilizado por escravos servia para enaltecer ainda mais o prestígio de seu senhor e não o dele próprio. No caso de negros livres, a ostentação era sempre vista com maus olhos e entendidos como luxúria e maldade enquanto para um branco era simplesmente luxo.

A multidão de pretos e mulatos é analisada no capítulo três e parte da constatação do crescimento populacional desses indivíduos ao longo do século XVIII aferida nos censos e contagens da população em 1779, 1789 e 1797. Essas contagens podem servir de justificativa para a constante surpresa encontrada nos relatos de portugueses e estrangeiros diante da desproporção entre brancos e negros na América portuguesa. Entretanto, a autora questiona se

a surpresa relacionava-se à quantidade de negros ou à escravidão propriamente dita e afirma que é preciso ter cautela ao associar o contingente negro diretamente à escravidão, pois a idéia de que brancos eram livres e negros escravos, não se aplica à colônia portuguesa americana deste período.

Examinando as relações sociais a partir dos termos e significados apresentados no dicionário de Bluteau, em debates de letrados sobre a origem do negro e em processos judiciais, a autora indica distinções relevantes para as palavras: branco, preto, negro, escravo, mulato. Aponta que pardo e mulato referem-se à gente mestiça, sendo que o último chega a ganhar conotações pejorativas ao longo do século aparecendo como xingamento e o primeiro aparece como identidade reivindicatória que se diferenciava do cativo e revestia-se de certa positividade. Mais uma vez a hierarquização aparece em caráter classificatório constitutivos da hierarquia social do Antigo Regime e não em termos meramente racistas ou ligados à escravidão.

A associação entre cor e condição social não era evidente e podia estar ligada a outros aspectos como a riqueza, o nascimento, a ocupação; mas apresentava um indicador suficiente para demarcar diferenças e separar os brancos dos outros.

Debates sobre a prática da escravidão existente na metrópole e nas colônias portuguesas demonstram que as diferenças hierarquizadas na sociedade do Antigo Regime, bem como aquelas entre crioulos e africanos e entre as várias nações eram avaliadas em termos políticos, como elementos capazes de oferecer critérios para melhor governar a escravaria e interessava, portanto, ao exercício da dominação.

No quarto capítulo, a pesquisadora volta-se mais detalhadamente aos *espetáculos negros* enunciados no início da obra, mais especificamente aos ocorridos na vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, no Recôncavo baiano. Nas ocasiões de congados e outras festividades, negros e mulatos ganhavam as ruas das cidades entrelaçando significados diversos que tanto poderiam servir, aos olhos da governança, como ratificadores do poder real português ou mesmo como uma afronta a este uma vez que poderiam aparecer associados a práticas africanas e transcender a esfera religiosa e festiva alcançando patamares políticos que necessitavam ser reprimidos.

O quinto capítulo finaliza a obra destacando *os povos das conquistas* na forma como eram percebidos e relatados por naturalistas, cartógrafos e outros letrados incumbidos dos registros dos costumes, das gentes e das riquezas existentes nas terras coloniais de Portugal.

Analisando especialmente duas pranchas ilustradas por Carlos Julião, a obra mostra como os portugueses do Reino e as autoridades coloniais apreendiam e lidavam com as gentes das conquistas apontadas sempre em sua diversidade. No entanto, apesar de Julião detalhar essa diversidade destacando mulheres e enfatizando a tez escura das figuras também opera uma homogeneização que visa enquadrar todas aquelas diferenças como um corpo único de submetidos ao domínio português, ou seja, o caráter de conquistados servia à essa homogeneidade sendo as diferenças físicas, sociais, culturais e geográficas diluídas pela condição colonial.

Essa prática de homogeneização concorda com a tradição do Antigo Regime e mantém relação com o processo de incorporação de novas categorias sociais no corpo político da monarquia e ao surgimento de identidades coletivas que também começavam a se fazer presentes em meados do século XVIII. Tais movimentos ampliam os significados políticos das estruturas sociais alterando o estatuto de muitos habitantes das áreas coloniais na monarquia metropolitana à qual são incorporados. Entretanto essa incorporação não inclui os negros e mulatos que

continuam associados à escravidão e compõe, aos olhos dos letrados, uma categoria genérica hierarquicamente inferior.

No arremate final, a autora volta à carta do conde Resende destacando que a escravidão, durante a segunda metade do século XVIII, não é de modo algum contestada aparecendo como uma relação social legítima e necessária. Os problemas apontados por Resende derivam do mau uso que os senhores faziam de seus escravos e os frutos gerados pelo próprio funcionamento da escravidão e que escapavam ao domínio senhorial. Fatores estes em grande parte responsáveis pelo grande número de libertos que representavam um potencial político perigoso e, portanto, passível de intervenções por parte dos administradores coloniais.

Parte dessa intervenção dava-se de forma simbólica associando a exclusão à cor da pele na intenção de aproximar, mesmo os que se encontravam livre, à escravidão - senão de fato, pelo menos naquilo que diz respeito ao limite de liberdades. O que estava em trânsito naquele momento era um movimento de construção social de significados que indicava como as palavras designativas da cor das pessoas foram ganhando acepções indicativas da condição social e de uma situação política.